

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

PROGRAMA DE ENSINO

4.^a CADEIRA DO 2.^o ANO

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1960



4.^a CADEIRA DO SEGUNDO ANO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Introdução

1. Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
2. Ciência das Finanças, conceito. Leis financeiras. Os problemas da ciência das finanças.
3. Os métodos lógicos e a ciência das finanças. Método dedutivo, seu valor e aplicação.
4. A indução. Indução histórica e indução estatística. O método das aproximações sucessivas.
5. Fenômeno financeiro. Teorias Econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.
6. Ciência das Finanças e Economia política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais.

Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

7. Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.
8. Literatura nacional em matéria econômico-financeira.
9. Problemas modernos e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

1ª Parte

Despesa pública

10. Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
11. Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
12. A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas. Financiamento das despesas públicas.
13. Principais categorias de firmas concretas de despesas

públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa, da justiça e da educação e instrução.

14. Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

2.^a Parte

Receita pública

15. Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
16. As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.
17. Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. A Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.
18. Os Monopólios fiscais.
19. As receitas ordinárias de direito público; as taxas, as contribuições especiais, os impostos.
20. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

21. As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.
22. Contribuição especial. Conceito e fundamento.
23. Impôsto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do impôsto. Função e fundamento do impôsto.
24. Princípios técnicos e jurídicos do impôsto. Cânones de tributação. Justiça no impôsto. Generalidades e universalidade do impôsto. A uniformidade fiscal. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
25. Postulados econômicos e financeiros do impôsto.
26. Princípios administrativos do impôsto.
27. A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
28. Classificação dos impostos. Impôsto direto e indireto. Impôsto real e pessoal. Impôsto proporcional e progressivo.
29. O problema dum sistema racional de impôsto. Impôsto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mistos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
30. Evolução do impôsto. A transformação dos sistemas fiscais.

31. Efeitos do impôsto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
32. Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do impôsto. A amortização e capitalização do impôsto.
33. Evasão do impôsto.
34. Pressão fiscal, seu conceito.
35. Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
36. Contencioso.
37. Política fiscal. Fins da política fiscal.

3.^a Parte

Sistema tributário brasileiro

38. O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
39. Regímen tributário da República. A distribuição dos impostos no regímen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.
40. Organização do sistema tributário brasileiro. Impôsto

da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.

41. Direitos aduaneiros: impôsto de exportação e de importação.
42. Da renda, seu conceito. Renda tributável. Impôsto de renda e caracteres. Sistemas de impôsto de renda.
43. Impôsto de renda no Brasil.
44. Impôsto de consumo. Justiça e elasticidade no impôsto de consumo. Impôsto de consumo sôbre objectos considerados de luxo.
45. Impôsto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidade e recursos.
46. Impôsto do sêlo, seu fundamento. O impôsto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e recursos.
47. Impôsto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Impôsto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O impôsto predial. Impôsto predial no Recife.
48. Impôsto de transmissão de propriedade inter-vivos.
49. Impôsto de sucessão sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Es-

tados da Federação. Impôsto de sucessão em Pernambuco.

50. Impôsto de indústria e profissão.

51. Impôsto sôbre vendas e consignações.

4.^a Parte

Receitas extraordinárias — crédito público

52. Do crédito público. Natureza e princípios.

53. Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.

54. Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.

55. Efeitos econômicos dos empréstimos públicos.

56. Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnico-financeiro. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.

57. Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.

58. Finança de guerra. Dívida de guerra, sua signifi-

cação. Impôsto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de queixa.

59. Impôsto sôbre os lucros extraordinários e impôsto de emergência sôbre o capital.

5.^a Parte

Administração financeira — Orçamento

60. Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.
61. Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
62. Direito orçamentário nacional.
63. Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
64. Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
65. Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
66. Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de

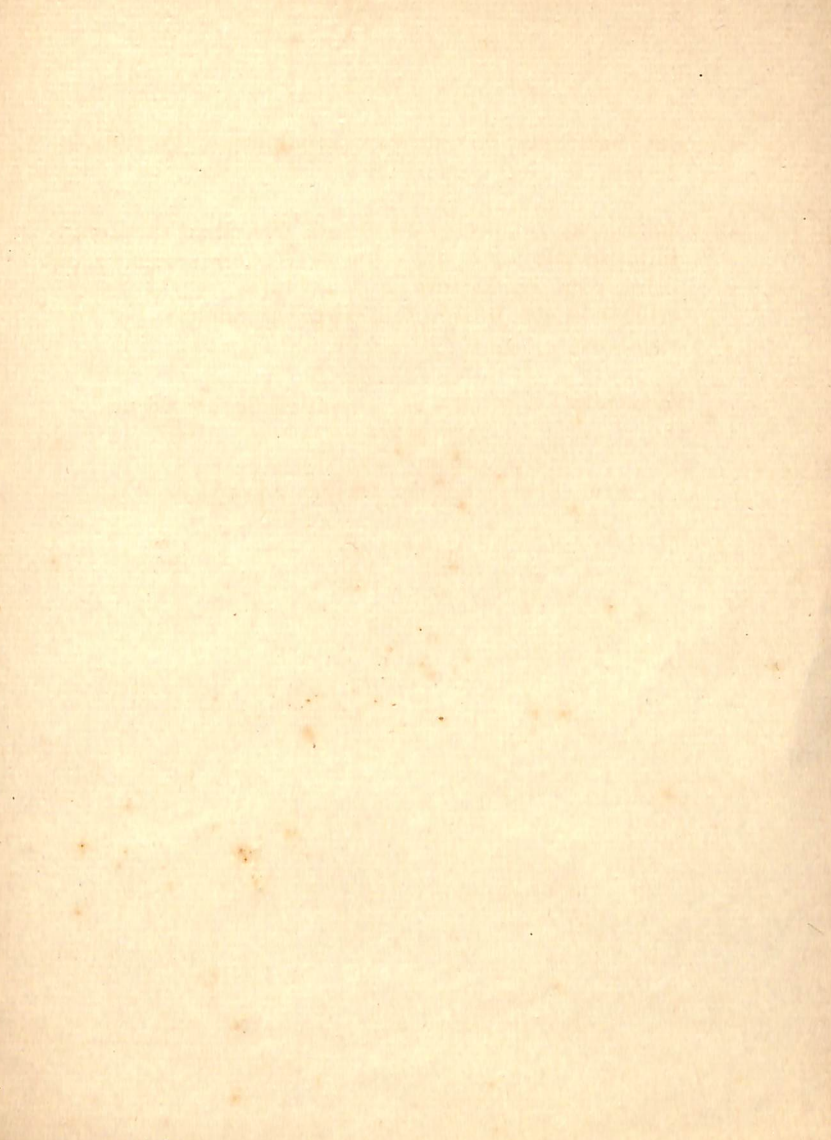
- gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.
67. Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
 68. Execução do orçamento. Estágio da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
 69. Inexistência de verba. insuficiência das verbas vedadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
 70. O contrôlê dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
 71. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
 72. O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
 73. As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
 74. Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no régimen monárquico. Finan-

- ças nacionais no régimen republicano. O inflacionismo.
75. Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. A Codificação tributária da União. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
janeiro de 1960.

Prof. Luís Sebastião Guedes Alcoforado

Catedrático.







Imprensa Universitária